



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

TERMO DE REFERENCIA

CONTRATAÇÃO INTEGRADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MORADIAS COM O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50

1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O termo de Referência tem como finalidade fornecer informações e orientações às empresas interessadas em apresentar propostas no processo licitatório visando à execução do SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MORADIAS COM O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB 50

- Protocolo da Solicitação de Licitação :5719 / 2026

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Em observância ao disposto na Lei Federal 14.133/2021, Seção II, Art. 28, da modalidade de licitação tipo Concorrência, para atender as necessidades do município de Apiaí com deficit habitacional, onde atualmente é constituído por 24.585 habitantes, conforme o Censo de 2022. A cidade possui uma área de 974,32 km² e uma densidade demográfica de 25,23 hab/km².

A presente solicitação tem como justificativa solucionar problemas habitacionais, além de proporcionar significativas transformações do âmbito econômico, educacional, e de saúde. Isso porque, no que diz respeito a área econômica, as famílias beneficiadas que possuem renda baixa não teriam condições de adquirir uma casa própria, pois teriam que poupar todo o seu salário por diversos anos. Na área educacional, as crianças e jovens que possuem um lar confortável, sem riscos e com espaços para fazer as atividades, tem melhores índices de aprendizagem e menos possibilidades de não frequentar à escola. No âmbito da saúde, as famílias que vivem em situação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

precária têm mais possibilidades de sofrer problemas respiratórios e infecciosos, além disso, famílias sem abrigo ou em situação instável sofrem mais problemas emocionais como ansiedade e depressão. Uma casa nova proporciona diversos benefícios a uma família. A presente proposição beneficiará famílias e solucionará problemas habitacionais do município.

3. DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

A modalidade de Licitação para a execução da referida obra será considerada OBRA DE ENGENHARIA ESPECIAL com execução indireta cuja regime de contratação será por **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, conforme Subseção II, artigos 45 e 46 da Lei 14.133 de 2021, referente a LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

4. CRITÉRIOS DE PROJETO

4.1. GENERALIDADES

Fica pré-definido o imóvel situado a Rua Antônio Carriel de Lima, com área de 24.549,48m³, sendo destinada aproximadamente 7.000m² para utilização do programa habitacional que constituirá em 25 moradias com áreas equivalentes 48,47m² (40,70m² área útil), com 2 dormitórios de 8m² mínimo, banheiro adequado a acessibilidade, sala de estar, cozinha com largura mínima de 1,80m e área de serviço. As edificações serão implantadas em lotes urbanos com áreas de 140m², sendo nas medidas de 7,00m x 20,00m.

Todos os detalhamentos e alterações de projetos devem ser disponibilizados em tempo hábil à prefeitura para análise e aprovação.

O projeto deve prever 3% de unidades para idosos e 3% para pessoas com deficiência. Incluir a responsabilidade de elaboração destes projetos adaptados.

Este período de tempo deverá ser considerado no cronograma da contratada. O não cumprimento dos prazos e marcos será de responsabilidade integral da contratada.

A contratada deverá entregar à fiscalização de obras cronograma detalhado e simplificado, tanto físico como financeiro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

A contratada deverá manter equipe especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho ao longo de todo o período de execução das obras.

5. APRESENTAÇÃO E OBRIGAÇÕES

O projeto deve condizer com as extensões representadas na tabela de áreas, podendo haver variações nas metodologias uma vez que compreendam a execução total das edificações conforme premissas estabelecidas no anteprojeto

É importante que o projeto seja elaborado por profissionais qualificados, que possam garantir a segurança e a eficácia da implantação do objeto contratado.

O escopo de projetos executivos e planos de trabalho deve contemplar:

- Projeto de topografia planialtimétrica e cadastral;
 - a. Topografia existente atualizada;
 - b. Estudo de impacto sócio ambiental.
- Estudo e laudos geotécnicos;
 - a. Estudo de solos e SPT.
- Projeto executivo;
 - a. Hidrosanitário;
 - b. Elétrico;
 - c. Estrutural;
 - d. Infraestrutura.
 - e. Projetos de acessibilidades;
 - f. Adequação de acessibilidades;
- Plano ambiental;
 - a. Licenças ambientais e municipais
 - b. Autorizações ambientais e municipais
 - c. Supressões Vegetais e de fauna



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

- d. Compensação ambiental
- e. Taxas de licenciamentos
- Plano de trabalho para execução de obras
 - a. Descrição de etapas de execução
 - b. Definição de equipe tecnica
 - c. Definição de cronograma de obras
 - d. Definição de equipamentos
 - e. Definição de metodologia de execução
 - f. Prazo de mobilização para frente de atividades
 - g. Prazo de desmobilização
- Licenciamentos complementares
 - a. Grapohab

6. EXECUÇÃO DE OBRA

O não cumprimento das disposições pode acarretar multas e sanções à contratada, inclusive retrabalho.

Todas atividades estarão sob fiscalização da Prefeitura de Apiaí e serão alvo de inspeção e análise considerando as normas e especificações técnicas das normas que regulamentam as execuções para o objeto central do termo, sendo elas:

NBR 6118: Projeto de estruturas de concreto.

NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.

NBR 15575: Desempenho de edificações habitacionais.

NBR 13531: Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.

NBR 7480: Aço para armaduras de concreto armado.

NBR 16990: Energia fotovoltaica.

NBR 5626: Instalação predial de água fria.

A empresa deve capacitar e estar ativamente com seus colaboradores

Ladeira Manoel Augusto, 92 – Fones (15) 3552-8800 – 3552-8286
CEP 18320-061 - APIAÍ - Estado de São Paulo - www.apiai.sp.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

habilitados nas NR para execução dos trabalhos:

NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção

NR-35: Trabalho em Altura

NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos)

NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade)

NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO)

NR-6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI)

NR-17 (Ergonomia)

A CONTRATADA obrigatoriamente, cumpra suas projeções aprovadas pelo município ofertando-lhe garantia conforme lei 14.133/21.

ABNT e afins para o objeto principal.

7. PREMISSAS BASES OBRIGATÓRIAS PARA EXECUÇÃO

Adota-se como base os princípios elencados neste termo de referencia, sendo considerados fixos e irremovíveis para a execução do objeto deste termo.

A fundação pre estabelecida fica vinculado a execução de brocas armadas in loco, com profundidade mínima de 2,00m onde utiliza-se aço com diametro não inferior a 8,00mm em sentido longitudinal, assim como 4,3mm em cortes transversais, aço estrutural CA-50, com $f_y \geq 500$ MPa.

Deve ser previsto a utilização de concreto com $f_{ck} \geq 20$ MPa com consumo de cimento, por metro cúbico de concreto, superior a 340 kgf e slump test de ± 10 cm;

A contratada deve proceder à locação das estacas no campo em atendimento ao projeto.

As eventuais dúvidas, ou problemas devem ser resolvidos com a fiscalização antes do início da implantação das estacas.

De qualquer forma, as alterações das profundidades das estacas somente podem ser processadas após autorização prévia por parte da fiscalização e da projetista.

As cabeças das estacas, caso seja necessário, devem ser cortadas com ponteiros até que se atinja a cota de arrasamento prevista, não sendo admitida qualquer outra ferramenta para tal serviço.

Fica pre estabelecido a seção de 0,20x0,15 para todas as vigas instaladas no solo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

como estabilidade e equilíbrio da edificação sendo base para assentamento de alvenarias, onde utiliza-se aço com diâmetro não inferior a 10,00mm em sentido longitudinal, assim como 4,3mm em cortes transversais, aço estrutural CA-50, com $f_y \geq 500$ MPa.

As vergas, contravergas serão executadas com cinta de amarração, bem como a viga superior da edificação que será executada com bloco estrutural tipo canaleta preenchido de concreto e aço 10mm treliçado do tipo CA-50, com $f_y \geq 500$ Mpa.

Alvenaria deve ser executada em bloco de concreto com acabamento de chapisco, emboço e reboco, com excessão em áreas úmidas que devem prever o mínimo de revestimento cerâmico de 1,50m de altura.

A cobertura deve ser realizada em telha cerâmica com utilização de madeira tratada e adequada conforme NBR 15575 .

As informações construtivas apresentadas no anteprojeto ficam estabelecidas como fixas e irrevogáveis para a execução da obra, sendo o mínimo a ser executado pela contratada.

O projeto arquitetônico deve prever ampliação futura da moradia, com emprego de método construtivo que permita a execução desta ampliação com facilidade.

É uma premissa que a empresa não desenvolva nenhuma intervenção quanto aos aspectos estruturais.

Os projetos elaborados pela empresa deverão atender às exigências para elaboração e apresentação de projetos, conforme as respectivas normas técnicas (ABNT), incluindo estruturas, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, entre outras.

É de obrigatoriedade da contratada que junto aos projetos, apresente checklist demonstrando o atendimento de todos os itens de projeto da Portaria MCidades nº 1416, de 6 de novembro de 2023 (Exemplos: revestimento cerâmico na área de serviço externa cobrindo no mínimo a largura correspondente ao tanque e à máquina de lavar roupas – mínimo de 1,20m, tipo de tinta escolhida, vergas e contravergas com transpasse mínimo de 30cm, peitoril com inclinação mínima de 3% em direção ao lado externo, solução que evite manchas de escoamento de água abaixo do vão das janelas etc).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

8. BENEFÍCIOS ESPERADOS

Após a conclusão das obras é esperado a readequação habitacional da população, redução de problemas de baixa habitação do município e a melhoria de serviços de infraestrutura, da qualidade de vida dos munícipes e do meio ambiente, destacando-se a expectativa populacional.

Os investimentos devem colaborar com a expectativa de melhoria de vida para as localidades definidas no escopo.

9. ETAPAS, ATIVIDADES E METODOLOGIA

A descrição de todas as etapas, atividades e metodologias necessárias para a execução do objeto deste contrato, bem como o detalhamento das especificações técnicas, estão descritos minuciosamente no caderno SINAPI e/ou CDHU, conforme parametro adotado na via orçamentária.

10. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTORIZAÇÕES

A CONTRATADA é responsável pela produção de todos os relatórios e documentos necessários para instrução dos processos de licenciamento ambiental e para a obtenção das liberações/autorizações para a obra.

A CONTRATADA deve iniciar seu planejamento para obtenção das licenças e autorizações, desde o início do Contrato.

A CONTRATADA deve elaborar os documentos técnicos necessários para as consultas formais à CETESB, às Prefeituras, entre outros órgãos públicos e privados que se fizerem necessários, para o fornecimento de diretrizes que nortearão o processo de licenciamento ambiental e a obtenção das demais autorizações/liberações. Obtidas as diretrizes, a CONTRATADA deve elaborar toda a documentação necessária para a obtenção das respectivas licenças e autorizações nas suas diversas etapas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

11. VALOR ORÇADO E PRAZO

O valor financeiro total orçado é de R\$ 3.727.909,73 (Três Milhões, Setecentos e Vinte e Sete Mil, Novecentos e Nove Reais e Setenta e Três Centavos), sendo repasse Federal de **R\$ 3.250.000,00 (Três Milhões, Duzentos e Cinquenta Mil) e R\$ 477.909,73** em forma de repasse de contrapartida municipal.

O prazo de vigência será de 10 (Dez) meses consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

12. NATUREZA ORÇAMENTÁRIA:

O orçamento estimado que compõe esta licitação foi elaborado com base em ampla pesquisa de preços, em estrita observância ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e às normativas correlatas, a fim de refletir os valores de mercado vigentes na época de seu planejamento.

A metodologia para a formação dos preços seguiu a seguinte ordem de prioridade:

- a) Fonte Principal (SINAPI): A principal referência de preços utilizada foi o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com data-base de Abril de 2026 (ou o mês correto da elaboração), por representar a tabela oficial mais recente e abrangente disponível na data de consolidação deste orçamento.
- b) Fonte Complementar (CDHU): Para os serviços e insumos não contemplados pelo SINAPI, utilizou-se como referência complementar o boletim de preços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) nº 201, com data-base de Fevereiro de 2026 (ou o mês correto), garantindo a cobertura mais ampla possível de itens.
- c) Composições Próprias: Os itens identificados como “COMPOSIÇÃO” na planilha correspondem a composições de custo unitário elaboradas pela equipe técnica deste Município. Tais composições foram montadas utilizando os custos de insumos e mão de obra extraídos das tabelas de referência supracitadas (SINAPI e CDHU), adequadas às particularidades do projeto.

Fica, portanto, esclarecido que as datas-base mencionadas eram as vigentes e mais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

atuais no momento da elaboração da planilha orçamentária, garantindo a legalidade, a transparência e a fidedignidade do valor estimado para a contratação.

13. RELACIONAMENTO PREFEITURA/CONTRATADA

a) Disposições Gerais

Antes do início das obras, ou seja, antes da emissão da Autorização de Serviços – AS – será realizada a reunião de abertura entre as partes para apresentação e definição dos responsáveis para cada atividade na gestão do contrato específico, frisando a necessidade de parceria para alcançar o objetivo a que se destina o ajuste.

Antes do início dos serviços a CONTRATADA deverá elaborar um relatório com arquivo fotográfico datado do entorno das obras a fim de atestar as condições originais do local.

Visando o principal cliente, no caso a Área Operacional, serão estabelecidas as rotinas que nortearão o andamento das obras, esclarecendo à contratada quanto à forma a ser adotada para condução do contrato. Serão estabelecidas as diretrizes para planejamento, liberação, programação e execução das frentes de serviços, buscando as melhores técnicas, além dos conhecimentos administrativos, jurídico e fiscal.

Após o início das obras serão realizadas mensalmente reuniões de gestão contratual e, quando necessário, reuniões técnicas em função do desenvolvimento e definição de soluções técnicas.

As reuniões mensais serão realizadas para alinhar o andamento dos serviços e tomada de decisões estratégicas de gestão no desenvolvimento das obras, sempre registradas em ata. Serão avaliados quanto ao exato cumprimento do estabelecido no instrumento contratual e, verificadas eventuais necessidades de alteração do mesmo.

Sendo necessária a alteração contratual, esta somente será feita através de instrumento legal devidamente fundamentada nos exatos termos dos comandos legais. Quanto as reuniões técnicas, serão realizadas sempre que necessário para alinhar o andamento dos serviços e tomada de decisões técnicas específicas, estabelecendo-se as ações, responsabilidades e prazos, objetivando o bom desempenho e execução das obras com viabilidade econômica e financeira. Participarão desta reunião, os responsáveis da contratada, fiscalização, gestor de obras e responsáveis das Unidades de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Apoio no assunto a que se referir a reunião. Todos os assuntos tratados devem estar devidamente registrados em ata.

Durante a vigência do contrato, o responsável da contratada deverá reportar e manter informado o fiscal do convenio, todos os assuntos e fatos que fazem parte do desenvolvimento das obras, sendo que o acompanhamento de gestão e tomada de decisões estratégicas se darão nas reuniões mensais. Para melhor solução técnica, eventuais necessidades de adequações de projetos e/ou especificações, estes devem ser submetidos à aprovação formal da prefeitura

b) Medições

As medições dos serviços serão feitas nos exatos termos estabelecidos no cronograma físico financeiro, nas Regulamentações de Preços e Critérios de Medições, bem como nas Especificações Técnicas. Somente serão medidos os serviços e fornecimentos previstos no instrumento contratual, e efetivamente aceitos pela fiscalização.

Não será admitido desconhecimento de nenhum elemento que fez parte integrante do edital que originou o contrato, em especial as Regulamentações de Preços e Critérios de Medições. Ressalta-se que não serão medidos os serviços executados em desacordo com a Planilha de Orçamento, Regulamentações de Preços e Critérios de Medições, Especificações Técnicas, bem como aqueles originados de interpretação equivocada. Ao surgirem eventuais dúvidas, a contratada deverá solicitar formalmente os esclarecimentos à fiscalização com anterioridade a sua execução ou aplicação.

A contratada deverá encaminhar à prefeitura relatório fotográfico dos serviços e planilhas de memória e medição. Todos os documentos deverão estar assinados pelo engenheiro responsável preposto pela contratada.

O cadastro deverá espelhar fielmente a realidade executada conforme especificações técnicas.

Para pagamento do item de matriz orçamentaria para projetos e licenciamentos, a cada etapa dos projetos e procedimentos aprovados, considera-se os pesos abaixo:

ELABORAÇÃO DE PROJETOS BASICOS – Execução em 100%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS - Execução em 100%

LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES – Execução em 100%

c) Fiscalização

Ficam reservados à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto nestas especificações, que de qualquer forma, se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A contratada deverá permanentemente ter e colocar à disposição da fiscalização os meios necessários e aptos para permitir a inspeção da obra, dos materiais, ferramentas e equipamentos.

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única integral e exclusiva da Contratada, no que concerne a obra e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

14. RECEBIMENTOS DAS INSTALAÇÕES

Para o recebimento provisório dos serviços contratados, a Contratada deverá solicitar ao Fiscal Técnico do Contrato vistoria e posterior liberação, ficando o recebimento definitivo a cargo do Fiscal designado juntamente com a Secretária Municipal das Obras avalizado pelo Senhor Prefeito Municipal em exercício da Prefeitura Municipal de Apiaí - SP. O recebimento provisório da obra deverá ser feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado. O recebimento definitivo deverá ser feito mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da Lei 14.133/21. O recebimento definitivo ocorrerá depois de sanadas eventuais pendências relacionadas no recebimento provisório.

O empreiteiro que executar a Obra, ficará responsável pela solidez e segurança



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil. A CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra o empreiteiro, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil.

15. CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO:

O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/21. A limpeza referente aos entulhos oriundos da execução da obra é de obrigação da CONTRATADA. É obrigatória a retirada de entulhos, periodicamente, dos locais de execução da obra. Não será emitido o termo de recebimento provisório da obra, se estas limpezas não estiverem de acordo com as exigências. A obra deverá ser recebida pelo Fiscal Técnico do Contrato da Secretária Municipal de Obras que é órgão fiscalizador, podendo, portanto, o mesmo solicitar exigências que por ventura não foram cumpridas, pertinentes ao projeto ou ao memorial descritivo da obra.

O objeto desta licitação será recebido:

15.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

15.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 90 (noventa) dias, observado o disposto no art. 140 da lei 14.133/21.

Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com o memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária e demais documentos deste Empreendimento sob pena de rejeição do serviço, ou a Equalização dos respectivos serviços por Preço Unitário, se aprovado pelo respectivo fiscal das obras.

O Fiscal acompanhará a execução das obras e aprovará ou não a Medição Mensal dos mesmos para a posterior emissão da Nota Fiscal e a liberação do pagamento.

No final da Obra a CONTRATADA deverá solicitar possíveis ajustes que ficarão



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

sob o crivo da fiscalização para aprovação ou não mediante a Equalização dos serviços em preços unitários. Para só, então, a obra ficar em condições de recebimento por parte do CONTRATANTE, Prefeitura.

16. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista, em conformidade com o Art. 68 da Lei nº 14.133/2021, consistirá em prova de:

- a) Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal: Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- b) Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual: Apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda do Estado pela PROCURADORIA DA FAZENDA ESTADUAL da sede da licitante.
- c) Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal: Apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda do Município da sede da licitante.
- d) Regularidade do FGTS: Deverá ser apresentado o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Regularidade Trabalhista: Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeito de negativa, emitida pela Justiça do Trabalho.

16.1 Disposições Gerais:

- a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão de abertura da licitação, e a verificação poderá ser feita por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- b) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva ou documento equivalente, na forma da lei.
- c) haverá Tratamento Diferenciado em estrita observância ao disposto no Art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e nos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, (inciso I, art. 69), já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhada dos termos de abertura e encerramento de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- b) As empresas que realizam escrituração digital via SPED contábil devem apresentar o Balanço Patrimonial e o Termo de Abertura e Encerramento do Diário Geral, bem como o recibo de entrega digital.
- c) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos referidos no item acima (Item a) limitar-se-ão ao último exercício.
- d) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de 01 (um) ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou do representante da empresa.
- e) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, além do Balanço apresentado, deverá apresentar, em documento apartado (folha separada), **os índices mínimos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**
- f) Capital Social mínimo - Em conformidade com o §4º do art. 69 da lei de licitações, a empresa deverá, sob pena de desclassificação, apresentar comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a ser comprovado nas formas possíveis existentes, tais como, apresentação de certidão da Jucesp, contrato social, ou outro, desde que, documento oficial.
- g) Certidão Negativa para feitos de falência, expedida no domicílio da licitante com no máximo 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes.
- h) Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 180 (cento e oitenta) dias,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

contados da data de sua emissão.

1. INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO E QUALIFICADO:

Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá indicar, na fase de habilitação, profissional de engenharia civil, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), como responsável técnico pela execução do objeto.

A capacidade técnica do profissional indicado será comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que ateste a sua responsabilidade técnica por execução de obra de edificação de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

Em conformidade com o Art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, na contratação a licitante comprovará o vínculo do profissional indicado por um dos seguintes meios:

- a) Apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) ou contrato social, caso o profissional seja, respectivamente, empregado ou sócio da empresa;
- b) Apresentação de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum;
- c) Apresentação de declaração da licitante, assumindo o compromisso de contratar o profissional indicado ou substituí-lo por outro de experiência equivalente ou superior, caso venha a ser vencedora do certame.

Durante a execução do contrato, eventual substituição do responsável técnico indicado só será admitida mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, desde que o profissional substituto possua qualificação técnica equivalente ou superior à daquele originalmente apresentado, nos termos do Art. 128 da Lei nº 14.133/2021.

- a) **ACERVO PROFISSIONAL** - Apresentação do(s) profissional(is) indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente com Atestado(s) ou Certidões emitidos em nome do profissional (CAT) Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no órgão competente, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que o profissional já acompanhou / realizou anteriormente ou esteja realizando a execução de obra(s) e/ou serviços com características semelhantes e com



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes, ou superiores aos serviços do objeto licitado sem limites de quantitativos.

01. Item 7.1: Alvenaria de vedação de bloco cerâmico furados;

02. Item 8.1: Trama de madeira composta por ripas terças para telhados de até 2 águas para telha de encaixe de cerâmica ou de concreto, incluso transporte vertical.

B) Declaração que a licitante apresentará no ato da contratação, o vínculo com profissional detentor do acervo, com apresentação de cópia da Carteira Profissional, Ficha de Registro de Empregado autenticada junto à DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Contrato de Trabalho, ou ainda, através de cópia do Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor, ou também, mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, no caso de profissional autônomo (cf. Súmula 25 do TCSP)¹. (Inc. I do art.67 da Lei 14133/2021).

c) Prova de Registro ou inscrição de pessoa física, expedida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia / ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome da Proponente, no ato da contratação.

2. APTIDÃO E CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

Poderão ser credenciados todos as empresas de engenharia na área civil que atendam as necessidades e exigências legais, descritas no edital de licitação. Os proponentes concorrentes devem apresentar documentos que comprovem que a empresa está apta para o seu funcionamento regular, conforme estabelecido em edital. A Empresa Licitante deverá comprovar mediante acervos técnicos relativos ao montante proporcional e legal para a execução dos serviços

1 **SÚMULA Nº 25** - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

a) Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante a apresentação de uma ou mais Certidões de Acervo Operacional – CAO (Resolução 1137 de 31 de março de 2023, emitida pelo CONFEA) emitidas pelo Conselho competente OU ATESTADOS fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante que comprovem a prévia execução de serviço similares e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às constates do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de serviço e o prazo de execução.

As certidões ou atestados, admitido o somatório, devem conter o percentual mínimo de cada serviço, igual ou similar aos relacionados na tabela a seguir, equivalente a 50% do objeto licitado.

Define-se como itens tecnicamente mais relevantes, constantes da planilha orçamentária, os seguintes serviços:

Construção das casas - os itens de maior relevância será considerado conforme segue:

01. Item 7.1: Alvenaria de vedação de bloco cerâmico furados (1116,63 m²);

02. Item 8.1: Trama de madeira composta por ripas terças para telhados de até 2 águas para telha de encaixe de cerâmica ou de concreto, incluso transporte vertical. (605,88 m²)

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

b) Quanto aos demais itens que compõe o escopo os mesmos poderão ser atendidos de forma genérica de acordo com o previsto na Sumula N° 30 do TCE/SP.

c) Prova de registro ou inscrição de pessoa jurídica, expedida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia / ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome da Proponente, com validade na data da apresentação dos documentos. (Inciso V do art. 67 da Lei 14.133, de 2021). Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de São Paulo, deverá apresentar para a assinatura do contrato, o visto da empresa e do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SP).

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

3. TÉCNICO RESPONSÁVEL / FISCAL DE CONTRATO:

A Prefeitura designa como técnico responsável pela aprovação dos Projetos Básicos da Empresa ganhadora do certame licitatório e a fiscalização da execução das obras, a Engenheira Civil Jayne Estefany Ferreira Travasso, CREA SP 5071074618, servidora Público Municipal efetivo da Prefeitura Municipal de Apiaí – SP, lotado na Secretaria Municipal de Obras. Se necessário, a Prefeitura, por meio de Portarias, designará outros profissionais devidamente habilitados em substituição ou complementação da equipe técnica.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

01. Fornecer todos os dados e projetos necessários aos trabalhos para a correta e completa execução dos serviços em especial os projetos básicos, memoriais descritivos, licenciamentos ambientais, termo de consentimento de serviço por particulares e outras autorizações e especificações que se fizerem necessárias;

02. Prestar serviços de acordo com as exigências do edital e seus anexos;

03. Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências do cronograma físico financeiro, constante do edital e/ou adequado as novas necessidades financeiras; Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

04. No ato da contratação, a contratada deverá informar e apresentar a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, incluindo, no mínimo, engenheiro eletricista e engenheiro hidráulico, ou instalador hidráulico e eletricista com experiência conforme esta na planilha, bem como as respectivas ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes aos serviços de elétrica e hidráulica, em razão da complexidade da obra, considerando a construção de 25 (vinte e cinco) casas.

05. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários que por ventura sejam por ele contratados para a realização dos serviços, bem como será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, comercial e fiscal, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

06. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da Contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante;

07. Obriga-se pela seleção, treinamento, habilitação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

08. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente contrato;

09. Manter na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a representante integralmente em todos os seus atos;

10. Apresentar em cada pagamento de cada evento qualificados no Cronograma físico-financeiro, a quitação para com a Seguridade Social (CND), FGTS e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

10.Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;

11.Responsabiliza-se pelo fornecimento de todos os materiais para a execução dos serviços.

12.Apresentar Estudos de impactos socio ambiental e de vizinhança;

13.Apresentar estudos e laudos geotécnicos que assegurem a compatibilidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

com o projeto executivo;

14. Responsabilizar-se pelo projeto de escavação e escoramento compatível as necessidades reais da obra;

15. Obriga-se a respeitar os padrões mínimos estabelecidos no pré projeto do edital, quanto a metodologia de canalização e sistemas de drenagens;

16. Responsabiliza-se por licenciar e realizar todos os eventos que envolvam supressão de fauna e flora; e

17. Apresentar à contratante antes de iniciar as atividades o Plano de trabalho para execuções dos serviços.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Fornecer todos os dados e especificações à completa e correta execução dos serviços, conforme dados e anexos da Licitação;

5.2. Disponibilizar profissionais para tratativas técnicas, jurídicas e administrativas pertinentes às Obras;

5.3. Comunicar a Contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;

5.4. Efetuar os pagamentos no prazo estipulado no contrato;

5.5. Colocar à disposição da Contratada as informações e meios necessários à realização do objeto do presente contrato;

5.6. Atestar execução dos serviços desta licitação bem como as notas fiscais de cada medição aprovada;

5.7. Aplicar à Contratada penalidades, quando for o caso;

5.8. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

09. Aprovar os documentos pertinentes a evolução financeira e técnica para andamento da obra.

6. SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação de partes da obra, desde que autorizada pela Administração, até o limite de 30% do valor global do contrato, conforme admitido pela



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.634.242/0001-38

legislação. A definição deste limite deverá estar justificada no processo administrativo da contratação.

A autorização para subcontratação será de competência do fiscal do contrato, mediante solicitação formal da CONTRATADA, que deverá comprovar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa subcontratada.

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedado:

- a) A subcontratação completa do objeto do contrato;
- b) A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas neste Termo de Referência e para as quais a CONTRATADA apresentou atestados de capacidade técnica para fins de sua habilitação.

A CONTRATADA permanecerá, em todas as circunstâncias, como única e integral responsável perante a CONTRATANTE pela perfeita execução do contrato, respondendo solidariamente pelos atos da subcontratada, nos termos do Art. 122 **da Lei nº 14.133/2021**.

Apiaí, 25 de maio de 2026

Sérgio Victor Borges Barbosa
Prefeito Municipal

Luciana Lepinsk
Coordenadora de Convênios

José Roberto Coelho
Sec. Municipal de Obras

Eng^a. Deiciane J. de A. Cunha
Elaboração de Projetos e Orçamentos
CREA 5070199014

Jayne Estefany F. Travasso
Depart. de Engenharia PMA
CREA:5071074618